Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Comunicado nº 30/80 8/7/80

A TODOS OS TRABALHADORES

Estamos numa situação de espectativa. Há perspectivas, mas nada decidido. E essa falta de decisão arrasta perigos para os quais alertamos todos.

Se o despacho do que esperamos fôr negativo, pela recusa ou pelo protelamento, teremos de dar uma resposta imediata e convincente!

Neste momento, perguntamos:

Será que não chegou a longa história da "Guerra da Reestruturação"?

Será que não chegou que os trabalhadores dos impostos tivessem mostrado inequivocamente a sua vontade colectiva?

Será possível que ninguém- áparte os trabalhadores- tirasse con clusãos profíquas dessa "guerra"?

Ou continuará o Poder a brincar com coisas sérias?

Em 3 de Junho os problemas pareciam ter ficado resolvidos.

O Secretário de Estado do Orçamento acordou com a maior parte dos pontos em litígio.

Deu ordem para que o projecto fosse aprontado na mesma semana a fim de seguir para a Secretaria de Estado da Reforma Administrativa.

Posto ao corrente de que estava marcada greve para o dia 23/6, achor o prazo curto mas garantiu que tudo se resolveria na última semana de Junho.

Que se passou depois?

O projecto só foi para a Reforma Administrativa daí a quinze dias, quando se entregou o pré-aviso de greve.

Sabemos que a Reforma Administrativa irá dar perecer desfavor<u>á</u> vel nalguns pontos importantes, do projecto.

Em 3 do corrente alertamos para isso o Secretário de Estado do Orçamento e mais uma vez a resposta foi positiva.

Estabeleceu-se que se iriam tentar ultrapassar os obstáculos da Secretaria Estado da Reforma Administrativa.

Assentou-se que dia 7 nos seria fornecido um calendário de saídamuito rápida dos diplomas que nos interessar.

Mas não foi dado.

È essa a nossa expectativa. Irá ser dado já? E serão ultrapassa dos os obstácnlos?

Se a resposta às duas questões fôr positiva e rápida, tudo esta rá bem.

Senão... Que se irá passar? Ée a nossa disposição para o diálogo não é compreendida?

Então será necessária outra "guerra".

Será pelos prejuízos que sofremos, pela injustiça que nos é fei ta (quem se pode esquecer das acessórias da Inspecção e das letras da Fazenda?) que vamos encararfrontalmentê o assunto, preparando-nos coesa mentemente para a luta.

Daremos resposta consoante aquilo que nos disserem.

A votação da greve, feita em Abril, foi inequivoca.

Cabe à Direcção, logo que cheguemos à conclusão de que não há outra via, traduzir essa vontade em acção.

Ao mesmo tempo que nos recusam justiça lança-se uma confusão nos nossos serviços talvez nunca atingida.

E que se criam uma séris de medidas sem que se dê um passo para normalizar as nossas estruturas, para preencher as lacunas enormes dos quadros.

E quando todas as medidas falham, atiram-se as culpas para os funcionários que não dizem ser impossível fazer-se o que é pedido e que vão sempre tentando dar resposta às solicitações feitas.

Mas agora basta!

- _ Iremos para a luta por:
- Uma justiça de retribuições dentro do Ministério das Finanças.
- Uma Administração eficiente que não faça dos funcionários "pa-
- _ lhaços'',
- -A saída imediata da portaria de reclassificação das Repartições e preenchimento das vagas, com colocação dos aprovados em concurso nos seus verdadeiros lugares.

Comissões Distritais;

Delegados de base:

Dentro de poucos dias, se não formos atendidos a curto prazo, marcaremos a greve.

Informai todos os colegas. Dinamizai os hesitantes. Esclarecei os cépticos. Contamos com todos. Pela defesa dos nossos direitos, a solidariedade que deve existir há-de funcionar como mola impulsionadora que nos leve a um êxito sem precedentes!

Saudações Sindicais

A DIRECÇÃO,